

Exmo. Senhor
Presidente da Direção da ANESPO
Lisboa

Assunto: Convite à apresentação de proposta

Ajuste Direto n.º 03/2019 - Prestação de serviços de consultadoria especializada em matéria de garantia da Qualidade no Quadro EQAVET

I – ENTIDADE ADJUDICANTE

PETROENSINO – Ensino e Formação Profissional, Lda,
NIPC 504505890
Av. 25 de Abril, 3270-067 Pedrógão Grande
Correio eletrónico – geral@etpzp.pt
Fax- 236 480 109
Telefone – 236 480 100;
Telemóvel - 966 086 044.

II – DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão foi tomada por Despacho da Gerência da Petroensino, Lda em 30/05/2019.

III – OBJETO DO PROCEDIMENTO

Prestação de serviços de consultadoria especializada em matéria de garantia da Qualidade no Quadro do EQAVET.

IV – FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO AJUSTE DIRETO

Critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, al. d), do Código dos Contratos Públicos (CCP).

V – JÚRI

Nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o procedimento será conduzido pelos serviços da entidade adjudicante, não havendo lugar à nomeação de júri.

VI - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E LISTA DE ERROS E OMISSÕES

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas e, no mesmo prazo, caso se verifiquem, deve ser apresentada uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

Contactos – Prestação de serviços de consultadoria especializada em matéria de garantia da Qualidade

Telefone: 236 480 100 | Tlm: 966 086 044 | Fax: 236 480 109

E-mail: geral@etpzp.pt

Sede: Av. 25 de Abril * 3270-067 Pedrógão Grande

2. Os pedidos de esclarecimentos e lista de erros e omissões deverão ser apresentados através de meio de transmissão eletrónica de dados, para o email geral@etpzp.pt devendo o interessado identificar-se e indicar o seu endereço, números de telefone e fax.

VII – PREÇO BASE

O preço base total para a vigência máxima prevista no caderno de encargos, não pode ser superior a 8.420,73 euros, valor sem IVA.

VIII - PROPOSTA

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta o concorrente deverá indicar o preço total da prestação do serviço.
3. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto.
4. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

IX – DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I;
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, em cumprimento do disposto no artigo 60.º do CCP;
2. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) supra.
3. Os documentos devem ser assinados pelo concorrente ou representante que tenha poderes para o obrigar.
4. O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 90 (noventa dias) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação daquelas.
5. Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

X – PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

XI – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que a instruem deverão ser entregues até às 17 horas do 10.º dia a contar da data do envio do presente convite.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.

3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos restantes prazos associados ao procedimento.

XII - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que a instruem deverão ser apresentados através de meio de transmissão eletrónica de dados, para o endereço geral@etpzp.pt, digitalizados, devendo ser previamente assinados, pelos próprios ou pelos seus representantes legais, com a identificação, clara e inequívoca, do assinante, função e poder de assinatura ou representação.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora.

XIII – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes dos artigos 70.º e 146.º do CCP.
2. Na análise das propostas os serviços terão em consideração apenas os documentos exigidos no presente convite. Os demais documentos apresentados pelos concorrentes não serão objeto de apreciação, prevalecendo para o efeito o estipulado no caderno de encargos e convite.

XII – NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar à negociação das propostas.

XIII – CAUÇÃO

Não será exigível a prestação de caução.

XIV - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online:
 - a) Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - b) Declaração de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certificado(s) de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - d) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo II do presente ofício convite (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos);

- e) Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar (certidão permanente ou documento equivalente);
3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.
4. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do artigo 82.º do CCP.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2, do artigo 82.º do CCP.

XV - ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

XVI - RECLAMAÇÃO CONTRA A MINUTA

- 1 - Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.
- 2- Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 dias úteis, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

XVII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que o presente programa de concurso for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

A Gerência



ANEXOS

-
- Caderno de Encargos
 - Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
 - Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP